

Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos: do passado indesculpável ao presente ativo na tessitura do futuro

 Inês Barbosa de Oliveira*

Resumo: Este texto traz uma discussão sobre as relações entre passado, presente e futuro nas obras de Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos, com o objetivo de evidenciar diálogos e semelhanças entre ambas na reflexão sobre a transformação ou emancipação social. Para tal apresenta três diálogos conceituais. O primeiro deles se dá em torno das noções de situação-limite, ato-limite e inédito viável, de um lado, e as sociologias das ausências e das emergências, de outro. O segundo diálogo envolve especificamente as noções de passado, presente e futuro nos dois autores e o terceiro se debruça sobre a esperança e a utopia. O texto se conclui apontando possibilidades em ação de contribuição das escolas à luta pela emancipação social, com base no que chamamos de “utopias praticadas”.

Palavras-chave: 100 anos de Paulo Freire; diálogos conceituais Freire e Santos; esperança ativa e utopias praticadas; vida cotidiana e emancipação social; relações passado-presente-futuro.

Paulo Freire and Boaventura de Sousa Santos: from the inexcusable past to the active present in the fabric of the future

Abstract: This text presents a discussion about the relationships between past, present and future in the works of Paulo Freire and Boaventura de Sousa Santos, with the aim of highlighting dialogues and similarities between them in the reflection on social transformation or emancipation. To this goal, it presents three conceptual dialogues. The first one revolves around the notions of *limit-situation*, *limit-act* and *viable unprecedented*, on the one hand, and the sociologies of absences and emergencies, on the other. The second dialogue specifically involves the notions of past, present and future in the two authors and the third focuses on hope and utopia. The text concludes by pointing out possibilities in action for the contribution of schools to weave social emancipation, based on “practiced utopias”.

Keywords: 100 years of Paulo Freire; conceptual dialogues Freire and Santos; active hope and practiced utopias; everyday life and social emancipation; past-present-future relationships.

* Professora titular aposentada da UERJ. Professora Adjunta do Programa de pós-graduação em educação da UNESA. O texto emerge de pesquisa financiada pelo CNPq (bolsa PQ-1C), pela FAPERJ (CNE 2018) e pela UNESA (Produtividade em Pesquisa). E-mail: inesbo2108@gmail.com



Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje.
De modo que o nosso futuro baseia-se no passado
e se corporifica no presente.
Temos de saber o que fomos e o que somos,
para sabermos o que seremos (Paulo Freire).

Introdução

Paulo Freire teria feito cem anos em 2021, mas faleceu bem antes disso, em 1997. Porém, tal como nas festas do Dia de Finados do México, educadores e filósofos seguem recordando do homem e da obra amorosamente, impedindo que dele nos esqueçamos e que ele, de fato, parta do nosso mundo. Isso vem sendo feito por meio de processos de rememoração, que incluem reinventar, modificar e repensar, como afirma Chauí (1994), mantendo a atualidade e a presença do autor e de sua obra, quase 25 anos após sua partida, trabalhando comprometidos com as mesmas causas que ele.

Com ele, vamos entender que, para compreender o presente e pensar o futuro, precisamos olhar para o passado, para nele encontrar indícios do que éramos e de como nos tornamos o que somos. E com base nesse conhecimento presente sobre o passado, pensar a construção do futuro, não como um autômato que segue um curso definido – como preconiza o pensamento moderno – mas como uma produção social, como ensina Boaventura (Santos, 2009: 40).

O conflito serve, antes de mais, para vulnerabilizar e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano que, por via deles e da iniciativa humana a eles referida, foi indesculpavelmente causado.

Estamos, assim, aprendendo com o passado para buscar, no presente, fazermos escolhas melhores do que as que nos trouxeram até aqui – a este mundo desigual, competitivo, destrutivo de si mesmo – e viabilizar, com isso, outros futuros possíveis, em que alternativas utópicas possam ser efetivadas. Assim, entrar na discussão sobre os cem anos de Paulo Freire nos exige pensar em que medida a sua produção – no passado – nos ajuda a interrogar

e a compreender o presente e, com isso, pensar o futuro e investir em suas possibilidades. Trata-se de um legado inestimável, que vem sendo mobilizado em todo o mundo nesse momento em que o simbolismo do século de vida opera como catalisador de memórias e interesses de sua obra, mantendo-o vivo porque lembrado, provocando todos aqueles que conhecem e estudam sua vida e obra à produção de manifestações distintas, político-acadêmicas e amorosas, como o próprio.

Assim, nossa proposta não é apenas de pensar a produção freireana nem apenas partir de uma de suas formulações, a que está em epígrafe, para tecer um texto. O que este texto pretende é articulá-las, de modo a produzir uma espécie de meta-reflexão, na qual incluiremos elementos das obras de Boaventura de Sousa Santos, que nos são úteis para refletir sobre a articulação ontem-hoje-amanhã na perspectiva de uso e compreensão do passado a partir do presente com vistas ao futuro, como sugere Freire, mas não um futuro qualquer: um futuro que nos leve a uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

O olhar para o passado para saber quem somos se converte, assim, num olhar crítico e relacionado ao fato de que a sociedade não teve, nem tem, um rumo pré-definido, como aprendemos também com Habermas (1984) e outros. Nesse sentido, os alertas de Freire (1992) e Boaventura (Santos, 2000) se convertem numa proposta de compreensão do mundo social e dos seus caminhos, até aqui, e daqui por diante. Trata-se de, com base nesse entendimento do passado como origem do presente, reinventar o presente para mudar as perspectivas de futuro. Boaventura, no texto já referido, entende que esta compreensão de que foram as más escolhas do passado que nos trouxeram ao que somos no presente – uma sociedade desigual, preconceituosa, gananciosa e individualista – e propõe, portanto, aprendermos a fazer outras escolhas. A sociedade capitalista, colonialista e patriarcal precisa ser percebida como uma criação que, longe de ser democrática, como pretendem alguns, impede a democracia de alta intensidade (Santos, 2001; 2016, Oliveira, 2018) de se instalar.

Só se constrói uma democracia de alta intensidade com pleno, aberto e irrestrito engajamento dos cidadãos na esfera política. A construção de uma democracia de alta intensidade, sedimentada em uma ativa participação política por parte dos cidadãos, ao mesmo tempo em que reforça, em cada cidadão, o sentimento de pertença a um projeto comum de sociedade, também garante o pleno acesso e realização no campo dos direitos fundamentais. A sociedade passa a ser compreendida como responsabilidade e construção de todos.

Em uma democracia de alta intensidade, a soberania pertence única e exclusivamente aos cidadãos, que definem os rumos da sociedade. A vontade política dos cidadãos, expressa de maneira direta, em processos plebiscitários de consulta pública, é sempre soberana. Quanto mais participação direta do cidadão, maior o nível de democracia. Torna-se inconcebível, em uma democracia com alto grau de intensidade, que alguma instância representativa de poder, possa obstruir a efetiva realização da vontade popular (Oliveira, 2108: 2).

Convivendo com e em democracias de baixa ou mesmo de baixíssima intensidade – que ainda assim são diferentes das ditaduras – vivemos em luta contra o legado do passado colonial, racista, sexista, homofóbico e eurocêntrico, que nos habita e que precisamos compreender para mudar o que somos. Vidas democráticas em todas as esferas de interação social, ampliação do campo do político e transformação de relações de poder em relações de autoridade partilhada são alguns dos elementos dessa mudança, que permitiria construir possibilidades de sermos diferentes do que somos, de sermos mais, conforme nossa vocação ontológica apontada por Paulo Freire. Articulada a essa noção, a perspectiva de formação de subjetividades democráticas, proposta por Boaventura (Santos, 2001; Oliveira, 2009) contribui para nossa reflexão, também. Boaventura defende a ideia de que uma das condições de ampliação da democracia participativa é a formação de subjetividades mais democráticas.

Partindo dessa premissa, vamos entender a formação das subjetividades mais ou menos democráticas como processos de negociação de sentidos entre as várias experiências vividas por esses sujeitos e as possibilidades de ação mais ou menos democráticas como resultado dessas negociações que, embora comportem e incluam um vasto conjunto de possibilidades, em função do imenso número de combinatórias existente, permitem supor que determinados tipos de experiências práticas e cognitivas tendem a favorecer a formação de

subjetividades mais democráticas, enquanto outros tipos de experiências tendem a dificultá-la (Oliveira, 2009: 34).

A partir dessas premissas, a formação das subjetividades democráticas estaria indissociavelmente ligada à experiência social individual e coletiva e, quanto mais as experiências viabilizem formação mais democrática, mais fácil seria pensar a conquista do *Ser mais* freireano. Subjetividades mais democráticas configurariam essa realização humana. Sem aprofundar esse tema, mas sem negligenciar o que ele traz de relevante, este texto se propõe a tecer, com base nas obras de Freire e Boaventura, uma compreensão do passado colonial que nos habita, e que, de certo modo nos mantém sob o império da colonialidade racista, da exclusão social capitalista e sexista do patriarcado; dos preconceitos e dramas sociais característicos desse tipo de sociedade, elementos sempre articulados uns aos outros, como nos ensinam as reflexões interseccionais (Akotirene, 2019), afastados, portanto, da nossa vocação ontológica de *Ser mais* e da tessitura de subjetividades democráticas. A proposta do texto é de tecer uma compreensão articulada entre Freire e Santos, visando a vislumbrar e apostar em capacidades de ação transformadora, libertadora, emancipatória, evitando repetir os erros do passado e o sofrimento humano por eles causado, tecendo futuros mais solidários e democráticos, sempre por meio de diálogos entre noções e conceitos de ambos.

Freire e Santos: diálogos conceituais

O diálogo entre os dois autores vem sendo um dos pontos nodais de pesquisa atualmente em fase de finalização, que busca, também, em outra dimensão, complementar, compreender e repensar *políticaspráticas* educacionais cotidianas (Oliveira, 2013a), voltando-se para as ações em curso em diferentes cotidianos educativos, com vistas a desinvisibilizar *fazeressaberes* emancipatórios inscritos em realidades educacionais e sociais de baixa intensidade democrática, de modo a viabilizar a percepção do potencial neles contido, de promoção de novas ações que nos levem a um futuro melhor, mais igualitário e mais democrático.

Isso porque entendemos, com Freire, que “a melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje é fazendo hoje aquilo que pode ser feito” (Freire, *passim*). Ou, em outras palavras, a ação política necessária emerge das características da realidade atual. Esta, para ser compreendida, precisa ser pensada a partir do passado, já que o que ela é hoje deriva das escolhas que foram feitas antes.

Assim, esse diálogo tem estado presente nas reflexões em andamento em nossas pesquisas, na perspectiva de tessitura do futuro, com base na compreensão do passado e de suas escolhas e do presente como um momento que, ao mesmo tempo em que expressa o resultado desse passado, porta em si possibilidades transformadoras. A partir desta construção, entendemos ser possível chegar a compreensões dessas ações potencialmente emancipatórias e a possibilidades de investimentos sociais e educacionais voltados à sua multiplicação e à sua consolidação.

A sociologia das ausências e as *situações-limite*, a sociologia das emergências e o *inédito viável*

O primeiro e mais denso diálogo conceitual que interessa a este texto é aquele que reconhece a complementaridade entre as noções de *situação-limite* e *inédito viável* com as sociologias das ausências e das emergências. Trata-se de uma argumentação ainda em amadurecimento que visa a perceber não só as articulações entre os autores e suas ideias, mas também as possibilidades que ambos reconhecem na compreensão do presente – sempre gestado nas escolhas do passado – como caminho para perceber nele, aquilo que ele pode ser mas ainda-não é. Caminho real, politicamente situado, de busca de superação das iniquidades e problemas sociais enfrentados, notadamente, nas e pelas sociedades periféricas. Produtos de escolhas, sobretudo, das sociedades centrais, colonizadoras, capitalistas e patriarcais, é bom que se diga.

Quando Paulo Freire (2017) aponta, a partir de Vieira Pinto (1960), para o fato de que “as *situações-limite* não são ‘o contorno infranqueável onde terminam as possibilidades, mas a margem real onde começam todas as

possibilidades'; não são 'a fronteira entre o ser e o nada, mas a fronteira entre o ser e o ser mais'" (Vieira Pinto, 1960: 284 *apud* Freire, 2017: 51), ele indica que o enfrentamento consciente de uma *situação-limite* é possível em virtude das contradições que lhes são inerentes e da insuportabilidade nela reconhecida quando a interrogamos criticamente. As *situações-limite* seriam, portanto, habitadas pelas contradições a partir das quais seria possível superá-las, produtos de uma sociedade tornada desigual e desumanizante por escolhas das camadas sociais hegemônicas.

O enfrentamento das *situações-limite* rompe com a naturalidade do insuportável e leva à produção de *atos-limite*. E é aqui que vamos encontrar Boaventura. Para Freire, esses atos já se encontravam nas situações, mas só são percebidos quando a crítica das situações é efetivada. Ou seja, estavam invisibilizados pelas formulações hegemônicas que não consideram a existência daquilo que não se encaixa na compreensão ocidental de mundo, chamada por Boaventura (Santos, 2000) de "razão indolente". Boaventura acrescenta que toda realidade é mais do que a compreensão moderna de mundo permite perceber e é pela desinvisibilização daquilo que existe para além da dessa compreensão – hegemônica, eurocêntrica e discriminatória – de mundo e da sociedade que é possível incluir na realidade aquilo que ela *ainda-não é*, mas poderia ser: o *inédito viável*.

"Quando tornam os limites um *percebido destacado* [– rompendo com a invisibilidade à qual se refere Santos –] os sujeitos, em seu processo de conscientização, podem partir para a transformação" (Carvalho; Oliveira, 2021: 365). Em outras palavras, podem ampliar o presente pela incorporação a ele daquilo que a modernidade invisibilizou e, com isso, operar no sentido de encontrar possíveis onde antes só havia o hegemônico – proposta da sociologia das emergências, de Boaventura (Santos, 2004). Nita Freire (1992: 106), na primeira nota da "Pedagogia da Esperança", permite chegar à finalização da formulação desse processo possível de transformação social, ao afirmar que por meio de *atos-limite* é possível construir *inéditos viáveis*: "algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela *práxis libertadora*". Voltando a Boaventura, podemos compreender que o

reconhecimento de possíveis, *ainda-não* realizados, é que viabiliza a mudança operada pelos *atos-limite*, criando *inéditos viáveis* e anunciando futuros com potencial utópico, livres do estigma de um futuro que seria apenas a repetição indefinida do presente – como pretendeu a racionalidade moderna – transpondo a barreira do que já existe, ampliando esse presente e a realidade dos atores sociais.

Em lugar de pensarmos um par dicotômico e estático, o presente que é e o futuro que não é, passamos a pensar processualmente, na criação e gestão das possibilidades de vir a ser. Por isso, Boaventura vai afirmar que o conceito que preside a sociologia das emergências é o conceito de *Ainda-Não* proposto por Ernst Bloch que afirma que *o possível é o mais incerto, o mais ignorado conceito da filosofia ocidental* (Bloch, 1995: 241 apud Santos, 2004a: 794), embora só ele possa revelar a totalidade inesgotável do mundo. Assim, Boaventura vai trabalhar sobre a ideia de que a realidade não se restringe àquilo que existe, que ela comporta, também, possíveis não realizados, ou melhor, ainda não realizados. A complexidade atribuída ao *Ainda-Não* como categoria tem a ver com essa ideia (Oliveira, 2008: 86).

O interesse deste diálogo conceitual entre os autores se situa nas possibilidades que o reconhecimento da semelhança das noções freireanas de *situação-limite*, *atos-limite* e *inédito viável* com as sociologias das ausências e das emergências de Boaventura abrem para a reflexão em torno das possibilidades de instauração cotidiana de processos de transformação social emancipatória. O processo se inicia com a conscientização ampliada da realidade, de Freire, incluindo nela aquilo que a modernidade invisibilizou, de Santos. Segue pelo entendimento de que as *situações-limite* (Freire) contêm possibilidades *ainda-não* realizadas (Santos), que viabilizam o enfrentamento da legitimidade das desigualdades e iniquidades sociais, por meio de *atos-limite*. Esses são possíveis porque as situações já contavam com aspectos *ainda-não* realizados, ou como prefere Freire, porque as *situações-limite* trazem consigo as possibilidades de sua transformação.

Assim, a realidade em transformação é produzida por meio dos *inéditos viáveis* criados, consolidações concretas de alguns desses possíveis. Guardemos este diálogo para, com ele, refletirmos sobre a esperança e a

utopia que nos animam, apesar dos tantos problemas sociais que estão diante de nós neste presente distópico em que estamos vivendo.

Passado, presente e futuro: reflexões e propostas em Freire e Santos

O segundo diálogo conceitual que nos interessa envolve, precisamente, as relações entre passado, presente e futuro nos dois autores, indispensável para nossa reflexão, que, ao mesmo tempo em que mergulha nessa articulação entre os três termos, proposta pelo dossiê, busca pensar futuros possíveis, menos pessimistas do que nos aconselharia a realidade atual, caótica em muitos sentidos. Trata-se de uma reflexão que considera a produção passada dos autores, usando-a na compreensão desse presente e para pensar os futuros possíveis, a partir de outro diálogo entre eles, conforme referimos acima.

Com isso, acreditamos ser possível, desde já, apontar para o fato de que somos nós, os atores sociais em *reflexãoação*, por meio da práxis, portanto, os protagonistas das transformações sociais democratizantes e emancipatórias. É preciso entrarmos com firmeza nesse segundo diálogo, nos comprometendo a entender esta relação passado-presente-futuro e seus possíveis, modificando e ampliando o presente, ao compreendê-lo com base também nas existências invisibilizadas pela modernidade e como produto de um passado, cujas más escolhas, que não queremos repetir, nos trouxeram até aqui. O presente é, portanto, um conjunto de existências amplo e que, portanto, se abre para um campo de futuros possíveis, concretos. Como afirma Boaventura:

A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através de atividades de cuidado (Santos, 2004: 794).

Ela é, portanto, uma sociologia que pretende encolher o futuro, desidealizando-o e reconhecendo que o potencial efetivo de futuro se inscreve nas práticas sociais concretas do presente e que, sem previsibilidade ou

linearidade, o futuro só poderá ser a realização de algo para o qual a sociedade tem potencial no presente. A perspectiva consolida, nesse sentido, o argumento central do texto baseado em Freire: o de que só podemos saber o que seremos se compreendemos quem fomos e quem somos. Essa ideia, de que o futuro precisa ser construído, no presente, por meio daquilo que fazem os sujeitos e grupos sociais contribui para a reflexão sobre a ação político-educativa e seu papel social.

Se, ao contrário da perspectiva determinista, assumimos que é das ações dos sujeitos sociais que depende o futuro deles mesmos e da sociedade, temos que conceber a educação como uma ação voltada para a formação de sujeitos sociais capazes e interessados em “cuidar” para que o futuro seja melhor do que o presente (Oliveira, 2008: 85).

Esse cuidado exige compreender, também, que, embora amplas, as possibilidades de futuro se reduzem na medida em que este só poderá ser aquilo que pode ser pensado como produto das ações que o constroem. “Ou seja, reaproveitando uma velha metáfora, aquilo que não foi plantado não será colhido”. E seguindo com ela, para que aquilo que foi plantado seja colhido, é preciso cuidar, alimentar, proteger, de modo a evitar que, antes de florescer, as ações transformadoras – os *atos-limite* e a valorização e multiplicação das realidades desinvisibilizadas pela prática da sociologia das ausências – fiquem comprometidos em seu potencial emancipatório, pela pressão dos valores hegemônicos em sentido contrário.

Refletindo sobre a perspectiva freireana de articulação passado-presente-futuro e de como ela contribui para a reflexão educacional do autor, podemos associar a noção de que o presente é consequência das más escolhas do passado à compreensão de que na nossa sociedade, vivemos um embate entre opressores e oprimidos, que produz a desumanização (Freire, *passim*) e compromete a vocação ontológica de ambos, de *ser mais*. Diz ele (Freire, 2017: 30): “A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferentes, nos que a roubam”¹. Essa desumanização foi produzida, sem dúvida, pela

¹ Curioso é notar que, em outra obra, Paulo Freire afirma que a desumanização do opressor deriva do fato de que “não é possível desumanizar sem desumanizar-se”. E conclui: “Não sou

sucessão histórica de sistemas de dominação e só será superada no futuro, se a combatermos, do modo como nos é possível, no presente, conforme já referimos. Encontrando, no presente, as energias emancipatórias necessárias à luta social, à tessitura da emancipação social, entendida como “um conjunto de lutas processuais sem fim definido” (Santos, 1995), nos tornamos aptos a produzir *inéditos viáveis*.

Essa importância da temporalidade não linear e dinâmica em ambos os autores é um convite à ação contra a naturalização da opressão historicamente tecida por escolha humana, que a faria, em perspectiva fatalista, ser o “destino” ou o curso “natural” da vida em sociedade. Um tempo que a modernidade destemporalizou ao naturalizar o presente como um estado permanente, interditando a copresença de diferentes temporalidades na atualidade e tornando o futuro a infinita continuidade desse mesmo presente e que, cabe àqueles que se percebem responsáveis, no presente, pela construção de futuros possíveis, transformar, pela retemporalização, que reconhece o tempo como:

histórico, incompleto, mutante e passageiro, porque o tempo somos nós com nossas incompletudes. Freire, da janela do tempo, vê todos os acontecimentos na perspectiva da temporalidade: processos de conjunturas, eventos, promessas que se anunciam, passado que lhes deu direção (Passos, 2019: 450).

Assumindo, portanto, que o tempo não está estagnado e, ainda, a multiplicidade de temporalidades que somos, seguimos com Passos (2019), com a associação que ele faz entre Freire e Boaventura que nos ajuda a finalizar esta segunda reflexão ao mesmo tempo em que anuncia o terceiro e último diálogo conceitual proposto.

Segundo Boaventura Santos (Santos, [2004²]), somos convocados a empurrar o futuro, encolhê-lo, alargando o presente; corrigindo todas as patologias que afirmam a absolutização do tempo e que negam a realidade fluida e recursiva da vida humana.

se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser (Freire, 1999: 99) e que, essa noção, se aproxima da hoje mundialmente reconhecida noção de *ubuntu*, advinda de culturas africanas.

² No original a data é 2003, se referindo à edição portuguesa da obra aqui referida como sendo de 2004, daí a mudança.

Freire propõe vencer o endeusamento de uma só temporalidade sugerindo uma interculturalidade sincrônica na ação cultural para a liberdade, na qual as utopias (futuro) sejam o inédito viável presentificado pelo esperar (presente) em diálogo com as raízes étnico-culturais (passado) vivas em nós (Passos, 2019: 450).

Freire e Santos: esperando utopicamente na tessitura do futuro

Recuperar a esperança significa alterar o estatuto da espera, tornando-a simultaneamente mais activa e mais ambígua. A utopia é, assim, o realismo desesperado de uma espera que se permite lutar pelo conteúdo da espera, não em geral, mas no exacto lugar e tempo em que se encontra. (Boaventura de Sousa Santos).

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. (Paulo Freire).

A esperança não reside, pois, num princípio geral que providencia um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e excepto naqueles em que ocorreram efetivamente (Boaventura de Sousa Santos).

A sucessão de epígrafes resume este terceiro diálogo conceitual aqui proposto, ao mesmo tempo em que coloca desafios à reflexão sobre as relações de semelhança e complementariedade entre os trabalhos dos dois autores, que é o principal objetivo deste texto. Sob o risco de certa tautologia, consideramos fundamental compreender não só a noção de esperança encontrada em ambos, mas também a de utopia, como uma presença possível hoje, no anúncio de futuros possíveis, já que, para Freire, “a utopia

se faz necessária para que a prática educativa se realize como enfrentamento ao contexto atual” (Freitas, 2019: 482).

O primeiro diálogo nos ajudou a perceber o quanto ambos buscam mobilizar conceitos e noções que contribuam para a transformação e/ou emancipação social, para a constituição da justiça social – o que exige justiça cognitiva, tema de que já tratamos em texto anterior (Oliveira, 2019) – e o segundo nos fez caminhar pelas articulações que propõe sobre a relação entre passado, presente e futuro, nos levando a compreender as escolhas do passado como origem do presente e investir no possível hoje para buscar tecer outros futuros, que não sejam a continuidade do presente de opressão e desigualdade. Trata-se, agora, de apostar nos modos como este presente pode tecer outros futuros, por meio da esperança ativa, do verbo esperar, que viabiliza utopias – também percebidas de modo semelhante por ambos, como veremos na parte final deste texto.

Danilo Streck (2019: 199) afirma que Ernst Bloch influenciou fortemente os anos 1960, incluindo Freire, com sua obra em três volumes, "O Princípio Esperança", e faz referência ao autor. "Segundo Bloch, o homem e o mundo não são seres perfeitos; ambos pertencem ao "ainda-não" e o homem apenas percebe fragmentos do futuro através de suas ações concretas". E completa sua reflexão afirmando que "Paulo Freire integra a esperança não apenas em seus escritos pedagógicos. Ela faz parte de seu ser no mundo e alimenta a sua busca e as suas lutas", concluindo com uma chamada de grande relevância para a discussão aqui proposta. "A esperança baseada na ação impede tanto a acomodação pragmática à realidade quanto a fuga para idealismos incapazes de interferir na história" (Streck, 2019). Quando acessamos o que diz Boaventura sobre esse mesmo *ainda-não*, e sobre a necessidade de recurso ao inconformismo para potencializar a luta política pela emancipação social, o diálogo impressiona.

Recorrendo a Bloch ao tecer a proposta da sociologia das Emergências – ligada ao encolhimento do futuro subtraindo-lhe expectativas radiosas incompatíveis com a realidade – ele afirma: "O Ainda-Não, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, sempre incerto e sempre em

perigo” (Santos, 2004: 796), o que reitera a necessidade do cuidado referida acima. Com isso deixa claro que “A sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas”. A partir dessa afirmação, Boaventura esclarece alguns aspectos dessa sociologia, e das relações dela com a sociologia das ausências, o que é importante para pensar a importância do esperar freireano para as ações que possam levar à justiça e à transformação social.

A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de *esperança*³ em relação à probabilidade de frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições (Santos, 2004: 798).

Assim, a sociologia das emergências escapa ao determinismo e ao futuro como repetição do presente e investe na esperança possível nas práticas sociais potencialmente emancipatórias, transformadoras. Isso significa dizer que ela se move no campo das expectativas sociais, legitimando o carácter contextual da ação política que, no âmbito “das possibilidades e capacidades, reivindicam uma realização forte e apontam para os novos caminhos da emancipação social, ou melhor, das emancipações sociais” (Santos, 2004: 798).

E nesse sentido, podemos dizer que ela reconhece a presença de *inéditos viáveis*, inscritos como aspectos ainda não realizados das realidades concretas que, por isso, precisam das ações desinvisibilizantes promovidas pela sociologia das ausências – o reconhecimento da existência de *atos-limite* nas práticas já existentes, formas de fazer de “outro modo”, na compreensão de Freire.

A sociologia das emergências pretende analisar as possibilidades de futuro inscritas em práticas, experiências ou formas de saber, agindo tanto sobre as capacidades quanto sobre as possibilidades, identificando *sinais, pistas e traços de*

³ O grifo é nosso.

possibilidades futuras em tudo que existe (idem) efetivando a amplificação simbólica através do excesso de atenção a essas pistas (p. 799).

E, mais uma vez, a esperança freireana se manifesta no pensamento de Boaventura, nos ajudando a pensar o papel possível das práticas educacionais cotidianas na tessitura da emancipação social. Ainda com Streck (2019), voltamos ao esperar freireano e à necessidade de a educação não ser dirigida a uma formação para a esperança, mas na esperança.

O papel do educador e da educadora é cuidar para que a esperança não se desvie e não se perca, caindo na desesperança ou no desespero. Em sendo um imperativo histórico, a esperança se manifesta na prática. Não há esperança na “pura espera”, isto é, na imobilidade ou na paralisia. Se a meta é a criação de um amanhã diferente, sua construção tem que ser iniciada hoje (Streck, 2019: 198).

A indignação com o presente e suas iniquidades é, para Boaventura, uma boa razão para, ao acreditarmos nos possíveis inscritos nas práticas já existentes, compreendermos que “a construção social da rebeldia e, portanto, de subjetividades inconformistas e capazes de indignação é, ela própria, um processo social” (Santos, 1996: 18), necessário à tessitura da emancipação social. Essas subjetividades inconformistas são aquelas que, conscientes das iniquidades da realidade social, ao atuarem com base em *percebidos destacados*, já referidos neste texto, poderão investir na tessitura da transformação social, esperando. Nesse sentido, podemos afirmar que a utopia da democracia social nos convida a perceber, nas práticas sociais já existentes, o que nelas há de potencialmente formador de subjetividades rebeldes, de um realismo utópico que permite agir na construção de uma esperança para além da espera pelas iniciativas de grupos oprimidos que “num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente” (Santos, 2000: 36). Diz, ainda, Boaventura que a teoria crítica “tem de assumir uma posição explicitamente utópica, uma posição que sempre teve, mas que durante muito tempo clamou não ter” (Santos, 2000: 36).

Isso significa dizer que, para Boaventura, através do trabalho educativo com imagens desestabilizadoras e da formação de subjetividades rebeldes e inconformistas, contribuímos para a compreensão dos processos de opressão, de desumanização e de dominação social e, com isso, para a luta contra eles, já que essas *subjetividades inconformistas* se tornam capazes de *atos-limite* e de práticas esperançantes. O autor traz ainda, no bojo desta discussão, um elemento de grande relevância também para Freire, as emoções. Ao associar a alegria da busca e dos encontros ao fazer e à reflexão pedagógicos, Paulo Freire confirma a indissociabilidade entre o esperar e o alegrar-se. No mesmo sentido, ao defender a ideia de que nessa educação para o inconformismo se opta, Boaventura sustenta que:

As opções não assentam exclusivamente em ideias já que as ideias deixaram de ser desestabilizadoras no nosso tempo. Assentam igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis. Só assim é possível produzir imagens desestabilizadoras que alimentem o inconformismo perante um presente que se repete, repetindo as opções indesculpáveis do passado (Santos, 2009: 19).

As práticas sociais podem, portanto, ser libertadoras. Mesmo em cenários colonizados e submetidos a autoridades desumanizantes, é possível esperar utopicamente em meio à dificuldade vivida em uma sociedade opressora, de dominação. É possível, nos cotidianos, realizar operações, atos e usos insurgentes de elementos da realidade potencialmente transformáveis daquilo que o poder instituído pensa controlar, “lembrando a máxima de que “toda regra tem sua transgressão”, esta última definida conforme as situações e suas conjunturas, plurais e móveis” (Oliveira, 2021: 33), conforme aprendemos com Certeau (1994).

Há “maneiras de fazer” (caminhar, ler, produzir, falar), “maneiras de utilizar” que se tecem em redes de ações reais, que não são e não poderiam ser mera repetição de uma ordem social preestabelecida e explicada no abstrato. Desse modo, podemos afirmar que a tessitura das redes de práticas sociais reais se dá através de “usos e táticas dos praticantes”, que inserem na estrutura social criatividade e pluralidade, modificadores das regras e das relações entre o poder da dominação e a vida dos que a ele estão, supostamente, submetidos. E isto acontece no cotidiano (Oliveira, 2003: 43).

São táticas emancipatórias que trazem para os cotidianos usos astuciosos das regras estabelecidas (Certeau, 1994) e oferecidas para consumo passivo, reorganizando-as de acordo com as possibilidades inscritas em cada situação. Trata-se de credibilizar e apontar potenciais *ainda-não* realizados de que a sociedade se torne mais justa e solidária, que os *atos-limite*, atos esperançantes coletivos, saiam da invisibilidade e possam enfrentar a distopia atual de um poder desumanizado que precisa ser combatido na luta pela humanização, que inclui a educação e aquilo que nela produzimos de rebelde, de inconformista, de ruptura com a hegemonia da desigualdade social como natural, em perspectiva fatalista, como insiste Freire (*passim*) em vários momentos de sua obra. Entre tantas outras coisas, está o direito de sonhar, como nos afirmam os dois autores.

Só com a permanência de utopias em ação, de exercícios cotidianos de sonhar e acreditar em suas possibilidades, podemos abrir nossas mentes e fazer crescer em nós a utopia, como as personagens do filme, crianças que lutam pelo direito de sonhar, de viver e de (re)criar fantasias/utopias. E reafirmamos, com Freire, que não se trata simplesmente de uma opção política, mas de uma necessidade para a vida quando se busca a democratização (Oliveira, 2021: 23)

Finalizando sem concluir

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se... Não há mudança sem sonho e nem sonho sem esperança. (Paulo Freire)

Incluir-se na luta por sonhos possíveis implica assumir um duplo compromisso: o compromisso com a denúncia da realidade excludente e o anúncio de possibilidades de sua democratização, bem como o compromisso com a criação de condições sociais de concretização de tais possibilidades. (Ana Lucia Freitas, 2020: 41)

Assim, a necessidade de investir em possibilidades esperançantes precisa contar com "a inserção de novidades utópicas naquilo que nos está mais próximo" (Santos, 1995: 106), precisa consolidar o sonho de,

denunciando a “realidade excludente”, sejamos capazes de anunciar futuros democráticos possíveis precisamente porque *atos-limite*, esperançantes, estão ocorrendo. Assim, aquilo que *ainda-não* (Bloch, 1995 apud Santos, 2000) existe, mas que pode existir, que nossos sonhos e utopias permitem conceber e investir em, sonhando coletivamente e assumindo “a luta pela construção das condições de possibilidade” desses sonhos (Freitas, 2020: 42), nos quais a sociedade se humaniza, permitindo a realização da “vocação ontológica” de *Ser-mais* de seus sujeitos praticantes (Freire, 1992) por meio de “utopias praticadas” (Oliveira, 2013b).

Percebemos, também, que tanto Freire (2020) quanto Boaventura (Santos, 2020) apostam em possibilidades utópicas. Boaventura, nesse artigo, traz um alerta a favor da utopia, afirmando que “A alternativa à utopia é a miopia. Quem não acreditar na utopia hoje é míope. É porque não está a ver verdadeiramente” (p. 25).

É com base nessa ideia que entendemos os cotidianos dos *espaçostempos* educacionais numa perspectiva esperançante, como locais em que sujeitos “em comunhão” *ensinam aprendem*, dialogicamente, com base em valores sociais de solidariedade e empatia, e em conhecimentos não hierarquizados – conforme nos ensinam, também, Freire e Santos (Oliveira, 2019: 244) (Oliveira, no prelo).

Apesar das estratégias e práticas desumanizantes, autoritárias, desrespeitosas e excludentes, presentes em nossa sociedade seguimos acreditando que “Mais “embaixo” (down), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade” (Certeau, 1994: 171), que desenvolvem seus *fazerespensares* em circunstâncias, ocasiões definidas fora do alcance de suas decisões, mas dependentes de suas táticas e operações, que escapam a essas definições e se abrem para *atos-limite*, e tessitura de *inéditos viáveis*. Por isso, reafirmo que já estamos:

... praticando utopias, efetivando realizações cotidianas de pequenos sonhos coletivos que habitam os *praticantespensantes* dos cotidianos escolares e os *fazeressaberes* que são capazes de desenvolver. São esses os trunfos das escolas na contribuição que têm a dar à busca da emancipação social. Seja por meio de práticas de solidariedade e de cidadania horizontal, ou pela promoção de ecologia entre saberes (Oliveira, 2013a), ou ainda pelas

buscas de superação de diferentes formas de discriminação social, não estivemos e não estamos parados (Oliveira, no prelo).

E assim seguem nossas esperanças utópicas, praticadas em diferentes cotidianos. Desinvisibilizá-las não é simples, mas é indispensável à luta política pela justiça, pela emancipação e pela transformação social. São práticas esperançantes que tecem futuros possíveis, sonhados, utópicos em seu realismo, conforme nos afirma Paulo Freire (2020: 77-78)

Todo amanhã, porém, sobre que se pensa e para cuja realização se luta, implica necessariamente o sonho e a utopia. Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização.

“O meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia, é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o sonho de *ser gente*, que o fatalismo deteriora” (Freire, 2020: 78). Considerando as imensas dificuldades enfrentadas atualmente, a exigência de permanecer na luta se amplia e é, mais uma vez, reafirmada por Paulo Freire (2020). Envolve, ainda, o compromisso ético com as gerações futuras, já que para que o futuro possa ser algo que ainda não é possível hoje, é preciso seguir fazendo hoje o que é possível, ou seja, é preciso seguir esperando e sonhando, praticando utopias nos cotidianos.

Precisamos vislumbrar nosso trabalho com base em uma noção de perspectiva e história. Nossa luta de hoje não significa que necessariamente conquistaremos mudanças, mas sem que haja essa luta, hoje, talvez as gerações futuras tenham que lutar muito mais. A história não termina em nós: ela segue adiante (p. 56).

Por isso entendemos que, fazendo hoje o que é possível hoje, tornando possível amanhã diferentes, conseguiremos, nesses amanhã, fazermos outros e novos possíveis, para novos futuros, numa espiral ascendente – mesmo que repleta de incidentes e dificuldades, o que implica em não linearidade dessas mudanças emancipatórias. Propomos, assim, para finalizar, prosseguir na luta, praticando esperanças e utopias voltadas à criação de um futuro democrático, justo, inclusivo e plural, em que a democracia de alta intensidade se instale, como “obra de arte político-cotidiana, que exige atuar no saber que ninguém é dono da verdade, e que o outro é tão legítimo quanto qualquer um” (Maturana, 1999: 75). E nessa finalização, cabe lembrar que, na perspectiva aqui assumida, nas escolas e

em outros espaços educativos há criações curriculares cotidianas que funcionam como *inéditos viáveis* ou como utopias praticadas, conforme já afirmávamos em 2013, dialogando, também, com Galeano (1999):

E é por isso que entendo a criação curricular cotidiana – coletiva, solidária e dialógica – como prática da utopia, na medida em que configura a “inserção da novidade utópica no que nos está mais próximo” pela inclusão de valores, conhecimentos e crenças vinculados à solidariedade entre os diferentes e desenvolvida como auto-organização dos saberes/fazer/valores a partir da complexidade do real e de suas imprevisibilidades. Observar e dialogar com esses modos de levar para as salas de aula valores de solidariedade, de igualdade, de responsabilidade coletiva, de reconhecimento de outras práticas culturais e outros conhecimentos permite afirmar que, no fazer pedagógico cotidiano, algumas professoras praticantes pensantes dos currículos criam utopia em ação nos moldes previstos por Galeano (1993), ou seja, não uma utopia entendida como um lugar definitivo e seguro ao qual se chegou, mas uma utopia que “serve pra caminhar”. É prática permanente na qual o importante é o exercício de caminhar, de aprender, de buscar tornar o mundo melhor, mais igualitário, menos preconceituoso (Oliveira, 2013b: 200).

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, s.n.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis: a arte de tornar possível o impossível*. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo, Paz e Terra, 2017.

_____. *Pedagogia da esperança*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Ana L. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis: a arte de tornar possível o impossível*. São Paulo: Paz e Terra, 2020: 39-45.

_____. Utopia. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte, Autêntica, 2019: 481-482.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: LP&M, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *A Reconstrução do Materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, Adelino. Democracia de alta intensidade. In: *Diário do Engenho*. Setembro 2018. Disponível em: [Democracia de Alta Intensidade - Diário do Engenho \(diariodoengenho.com.br\)](http://Democracia de Alta Intensidade - Diário do Engenho (diariodoengenho.com.br)). Acesso em: 15/12/2021.

OLIVEIRA, Inês B. Da rebeldia dos cotidianos à desobediência civil: um percurso reflexivo nas/das pesquisas com os cotidianos em busca da realização de utopias. MARQUES, Rafael G.; RODRIGUES, Allan C. (Orgs.). *Movimentos de resistência e re-existência no campo do currículo*. Rio Branco: Ed UFAC, no prelo.

_____. Utopias esperançantes nos cotidianos: a vida para além das hegemonias. *Revista Vagalume*. v.01: 20 - 38, 2021.

_____. Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos: sobre democracia, educação e emancipação social. In: OLIVEIRA, I. B.; PEIXOTO, L. F.; SUSSEKIND, M. L. (Orgs.). *Estudos do cotidiano, currículo e formação docente: questões metodológicas, políticas e epistemológicas*. Curitiba: CRV, 2019b: 229-248.

_____. Currículo e processos de aprendizagemensino: *políticaspráticas* educacionais cotidianas. *Currículo sem fronteiras*, v. 13, n.3, set-dez 2013, 2013a: 375-391.

_____. Utopias praticadas: Justiça cognitiva e cidadania horizontal na escola pública. *Revista Instrumento* (Juiz de Fora). v. 15:115 - 130, 2013b.

_____. A Formação das subjetividades democráticas. In: *A Democracia no cotidiano da escola*. Petrópolis/RJ: DP et Alii, 2009: 33-52.

_____. *Boaventura e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. CARVALHO, Jaciara S. Freire e Boaventura: concepções em diálogo imaginando futuros possíveis. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. v. 18, n. 55: 360-373, 2021.

PASSOS, Luiz Augusto. Tempo. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte, Autêntica, 2019: 449-451.

SANTOS, Boaventura S. Quem não acredita na utopia é porque é míope. Entrevista ao *Jornal I*, 28 de agosto 2020, n. 3284, ano 11: 17-25, 2020.

_____. *A Díficil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Para uma pedagogia do conflito. In: Freitas, Ana Lúcia e Moraes, Salete Campos (Orgs.). *Contra o desperdício da experiência*. A pedagogia do conflito revisitada. Porto Alegre: Redes Editora Lda., 15-40.

_____. Por uma sociologia das Ausências e das emergências. In: *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004: 777-823.

_____. (Org.). Os processos de globalização. In: *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.

_____. O Fim das descobertas imperiais. In: OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (Orgs). *Redes culturais, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002: 19-36.

_____. *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na transição pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1995.

STRECK, Danilo. Esperança. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte, Autêntica, 2019: 198-199.